

bilita-se a redução do espaço territorial indígena, submetendo as comunidades índias a critérios capitalistas restritivos.

3) a mineração em terras indígenas passa a ser exercida por empresas privadas, embora mediante aprovação do Congresso Nacional e audiência das comunidades afetadas. Permite-se, portanto, um assalto final às terras dos índios por empresas que não têm nenhum compromisso com eles, mas apenas com o objetivo de maximização de lucros. Além disso, a exigência de se escutar as comunidades indígenas, sem que outros critérios sejam estabelecidos, abre espaço à cooptação e corrupção de lideranças. Por outro lado, a definição que o 2º Substitutivo dá à "empresa nacional" permite o mascaramento de multinacionais e empresas estrangeiras, que também atuarão nas áreas indígenas.

4) os índios considerados aculturados e já encontrados fora de suas terras perdem seus direitos específicos. O dispositivo é um estímulo à investida contra os índios que ocupam suas terras, forçando sua desintegração cultural e assimilação pela sociedade envolvente, para a "desindianização" de áreas que interessam aos setores econômicos.

Em resumo, o 2º Substitutivo do Deputado Bernardo Cabral cassa os direitos políticos dos índios, restringe as terras por ele ocupadas, permite a exploração por particulares, inclusive estrangeiros, na terra já diminuída e finalmente cassa a indianidade dos índios vítimas do processo de espoliação e marginalização.

É um substitutivo etnocida, genocida e indigno da consciência cívica e cristã do nosso povo, que estabelece duas categorias de índios: os que ainda são assim considerados, e cuja cidadania é cassada; e os que, por não serem assim considerados, têm cassado a própria indianidade.

Resta-nos a esperança de que os Senhores Constituintes, nesta decisiva hora, se deem conta de sua responsabilidade histórica em relação aos 170 povos indígenas que convivem com a sociedade majoritária e, recuperando os parâmetros do anteprojeto da Comissão da Ordem Social, evitem ser lembrados pela posteridade como os executores do golpe final contra os povos de quem todos herdamos o Brasil.

CUMISSÃO CRIAÇÃO PARQUE YANOMANI
C. C. P. Y.
BOA VISTA, RR

Brasília, 24 de setembro de 1987.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data 24 / 09 / 87
cod 51000 170

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
APURA ACUSAÇÕES CONTRA O CIMI

Foi instalada a Comissão Parlamentar mista de Inquérito (CPI) para apurar acusações feitas pelo jornal "O Estado de São Paulo", contra a ação do CIMI. Segundo o jornal, em série de reportagens publicadas a partir de 9 de agosto, ao defender os direitos dos povos indígenas sobre as riquezas minerais do subsolo de suas terras o CIMI estaria apoiando cartéis multinacionais de mineração.

A composição da CPI é equilibrada — há quase o mesmo número de progressistas e conservadores. Progressistas são os senadores do PMDB Ronan Tito (MG), Severo Gomes (SP), Almir Gabriel (PA), Nelson Wedekin (SC) e Pompeu de Souza (DF), e os deputados José Carlos Sabóia (PMDB-MA), Octávio Elísio Alves Britto (PMDB-MG), Vasco Alves (PMDB-ES) e Lysâneas Maciel (PDT-RJ). Na cota de conservadores, estão os senadores Olavo Pires (PMDB-RO), Alexandre Costa (PFL-MA), João Menezes (PFL-PA), e Jarbas

Passarinho (PDS-PA), e os deputados Gidel Dantas (PMDB-CE), Eraldo Trindade (PFL-AP), Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Gerson Peres (PDS-PA).

A CPI é presidida por Cardoso Alves, ligado à UDR, e tem como vice-presidente Ricardo Fiúza, ligado ao setor militar. O relator, Ronan Tito, tem ligações com a ala progressista da Igreja Católica. O diretor-responsável do "Estadão", Júlio Mesquita Neto, foi o primeiro a ser ouvido pela CPI. O depoimento estava marcado para 10 de setembro, mas, como Mesquita alegou doença, foi transferido para semana seguinte.

Objetivos

Desde o primeiro momento, ficou claro para as entidades indigenistas que a série de reportagens faz parte de uma estratégia das grandes mineradoras para afastar o CIMI das áreas indígenas. Esta versão foi várias vezes reiterada em debate realizado dia 20 de agosto e promovido pela Fundação Pedrosa Horta, do PMDB, em Brasília. Na mesa de debates, estavam Dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB, os constituintes Mário Covas (PMDB-SP); Luiz Henrique (PMDB-SC) e Severo Gomes (PMDB-SP), o ex-deputado Mário Juruna e Vanderlindo de Carvalho, presidente da Conage - Coordenação Nacional dos Geólogos.

No debate, na presença de cerca de 40 constituintes, Dom Luciano provou que os documentos apresentados pelo "Estadão" foram forjados. Para o bispo, a campanha tem três principais objetivos: 1. Desestabilizar a ação da Igreja, jogando a opinião pública contra ela. 2. Influenciar as decisões dos constituintes, visando alterar os avanços até agora alcançados pelos povos indígenas. 3. Impedir que a nova Constituição assegure os direitos sobre a utilização do subsolo por parte das populações indígenas, o que se confirmou no anteprojeto por Bernardo Cabral.

A nível de imprensa, a campanha contra o CIMI, partindo do "Estadão", logo passou a ser veiculada por outros jornais da grande imprensa, como o "Correio Braziliense" e "O Globo". Do mesmo modo, o "Jornal Nacional", da Rede Globo, deu cobertura à visita de alguns índios Tukano ao Rio de Janeiro, onde defenderam a implantação do projeto Calha Norte nas regiões de fronteira. O grupo Globo tem interesses diretos na questão pois o seu presidente, Roberto Marinho, é sócio de uma das maiores mineradoras do país, a British Petroleum, em associação com o grupo Monteiro Aranha.

A implantação do Calha Norte é, com efeito, um dos objetivos da campanha contra o CIMI, na avaliação de entidades que apóiam a causa indígena. Numa análise do primeiro substitutivo de Bernardo Cabral, o Inesc — Instituto de Estudo Sócio-Econômicos — assinala que o capítulo sobre os direitos indígenas foi "completamente retalhado, caracterizando um retrocesso na questão dos direitos indígenas, inclusive quando comparado à legislação atual", o que já seria uma consequência da campanha contra o CIMI. Pelo texto, adverte o Inesc, "nada impedirá a exploração mineral nos territórios indígenas". Na proposta apresentada pelas entidades indigenistas, a pesquisa e lavra em território indígena só seria permitida se fosse caracterizada a inexistência de outras reservas no território nacional, se fosse considerada de interesse nacional e a exploração seria exclusividade da União. Esses requisitos não constam do substitutivo.

Outros cortes importantes foram feitos, salienta o Inesc. "O novo texto não reconhece a pluriethnicidade brasileira, não permite aos índios a cata, falcagem e garimpagem em suas próprias terras, não determina prazo para demarcação das áreas indígenas, e permite a remoção dos grupos indígenas de suas terras, se for de interesse da soberania nacio-

nal". É neste ponto que, para o Inesc, "fica demonstrada a intenção, de legitimar o Projeto Calha Norte, removendo as populações indígenas que ocupam áreas de fronteiras, o que atingiria cerca de 150% da atual população indígena".

A campanha contra os direitos indígenas passou a contar, igualmente, com o apoio do ministro da Justiça, Paulo Brossard. Em palestra na Escola Superior de Guerra, o Ministro afirmou que o CIMI ameaça a soberania nacional, ao defender o caráter "plurinacional" do Brasil. Ministro Brossard também disse isto a Dom Luciano Mendes, quando este lhe entregou cópia dos documentos que comprovam a falsidade das acusações do "Estadão".

DEBATE NO SINDICATO DOS JORNALISTAS A RESPEITO DAS ACUSAÇÕES CONTRA O CIMI

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo promoveu no dia 21 de setembro de 1987 um debate sobre a atividade do CIMI, fortemente atacado pelo jornal "O Estado de São Paulo". O debate contou com a presença de D. Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB; Dr. Vanderlino Teixeira de Carvalho, presidente da Coordenação Nacional dos Geólogos; Sr. Ailton Krenak, membro da União das Nações Indígenas; Deputado Constituinte José Carlos Sabóia e dos jornalistas Ricardo Kotscho (mediador), Dermi Azevedo e Raimundo Pereira.

Foram convidados também o editor de política do "Estadão", José Nêumane Pinto e o diretor responsável do jornal, Júlio de Mesquita Neto. Nêumane não compareceu alegando que cabe à direção do jornal se pronunciar sobre o assunto. Mesquita Neto foi convidado formalmente, através de sua secretária, mas também não compareceu. Antes do início do debate foi exibido um teipe de participação de Mesquita e do diretor de redação do "Estadão", Oliveiros Ferreira, na Comissão Parlamentar de Inquérito constituída para apurar as denúncias do jornal. No depoimento do dia 21 em Brasília, os representantes do jornal não apresentaram os documentos nos quais teria se baseado os jornais em suas denúncias.

Para D. Luciano, "o que à primeira vista parecia ser uma matéria séria provou depois não o ser". O presidente da CNBB lamentou que "o jornal que sempre li tenha assumido uma postura anti-ética". O deputado Sabóia foi além: "Índio não sensibiliza os parlamentares, nem mesmo os de esquerda. E depois desta série de reportagens será quase impossível recuperar o que se perdeu em termos de Constituinte". Raimundo Pereira, diretor-editorial do jornal *Retrato do Brasil*, relatou as investigações promovidas pelo seu jornal quanto à vida da principal figura envolvida nas denúncias, um certo Mauro Nogueira: "Descobrimos que o fiador desta pessoa é uma companhia de mineração e que seus escritórios em Brasília, São Paulo e Curitiba são fantasmas".

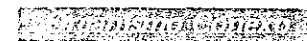
Diante destas questões como fica a ética profissional do jornalista, obrigado (ou não) a relatar fatos que não correspondem à realidade? A resposta não é fácil, e mais uma vez ficou no ar. Ricardo Kotscho, do Jornal do Brasil, no entanto, eximiu apenas parcialmente de culpa os jornalistas: "Ninguém é obrigado a escrever o que não quer".

"A postura dos meios de comunicação social no episódio está se transformando num problema não mais de índios, mas de civilizados".

Foi assim que Dom Luciano colocou a questão aos participantes do debate, quando fez as seguintes interrogações sobre o "aplausos tácitos" dos meios de comunicação social e as matérias "não sérias" do jornal paulista: o que está acontecendo com a imprensa no Brasil? Por que este silêncio? Medo do quê? Desinformação, mesmo? Falta de interesse pelo índio? Covardia? Atracamento econômico? Impossibilidade concreta de se expressar? Filtragem, através dos donos das empresas, da liberdade de expressão daqueles que nelas trabalham?

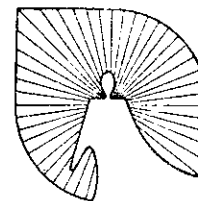
A constatação final do presidente da CNBB é de que a campanha representa uma tortura moral aos indígenas hoje, mas, amanhã, uma tortura mais grave, porque vai extorquir o que resta de vida a estas populações. E o pior, disse ele, é que ocorre com uma aparência de verdade, como está sendo reproduzida pelos meios de comunicação social que legitimou um substitutivo constitucional que não defende essas populações. "É uma prova do mal que pode causar uma série de reportagens como as do *O Estado de S. Paulo*".

O coordenador da UNI, Ailton Krenak, confirmou que muitos parlamentares que antes manifestavam interesse pela questão começaram a "fugir" das delegações indígenas após as matérias publicadas. Ao se referir à imprensa brasileira, Krenak disse que ela perde muito com o "comportamento mesquinho com o qual *O Estado de S. Paulo* adotou em relação aos indígenas".



CNL – Conselho Nacional de Leigos

PREPARAÇÃO E PROPOSTAS DOS LEIGOS AO SÍNODO



A convocação do Sínodo dos Bispos do Brasil para analisar a "Vocação e Missão dos Leigos na Igreja e no mundo", encontrou eco na Igreja do Brasil, provocando uma ampla reflexão sobre o tema. Em todos os pontos do país e nos demais diferentes níveis essa reflexão se fez, levantando as questões fundamentais e indicando caminhos. Essa reflexão fez emergir uma consciência mais forte da noção de povo de Deus e do significado do nosso batismo, bem como da necessidade de uma reflexão mais ampla sobre a Igreja. Esse processo de reflexão se deu através de encontros, assembleias, seminários, palestras e publicações. Fazer um balanço de tudo o que foi feito e publicado em todo o país é uma tarefa a ser cumprida.

Introdução:

A convocação do Sínodo dos Bispos para analisar "A vocação e Missão dos Leigos na Igreja e no Mundo" encontrou eco na Igreja do Brasil provocando uma ampla reflexão sobre o tema. Em todos os pontos do país e nos mais diferentes níveis essa reflexão se fez, levantando as questões fundamentais e indicando caminhos. Essa reflexão fez emergir

DIOCESE DE RORAIMA, RR

MISSIONÁRIOS NAS ÁREAS INDÍGENAS

Dom Aldo Mongiano, Bispo de Roraima, esteve em Brasília, de 8 a 16 de setembro de 1987, para dialogar com o Governo Federal e foi recebido em audiência por quatro Ministros de Estado: do Serviço Nacional de Informação, Ministro Chefe da Casa Civil, da Casa Militar e Ministro do Interior. O resultado desse contato foi o que se poderia conseguir. Foi recebido com respeito e pode tratar das questões chaves. Transcrevemos os motivos e as justificativas, que levaram o Bispo de Roraima até os Ministros da República.

Os motivos que me trazem a V. Exa. são os seguintes:

- Recolocar imediatamente na Missão de Catrimani a equipe da Diocese, formada por um Padre e uma Irmã. A Irmã foi retirada abusivamente pelo pessoal da FUNAI, enquanto a retirada do Padre que tinha sido acertada com o Ministro Ronaldo Costa Couto devia durar de oito a quinze dias.
- Que seja revogada, por escrito, a proibição feita à minha pessoa, de visitar as áreas indígenas.
- Que seja igualmente revogada a proibição feita pela FUNAI, aos Padres Giorgio Gal Ben e Antônio Jorge Lima de visitarem as áreas indígenas.
- Que a imprensa de Roraima, subsidiada abundantemente pelo governo de Roraima e estimulada por órgãos governativos, seja desencorajada na violenta campanha caluniosa contra a Igreja.
- Que sejam urgentemente demarcadas as áreas indígenas com a extensão solicitada pelas comunidades.

Justificativa

Equipe missionária de Catrimani

- Conforme relatório anexo, (ver nº 1º e 4º) não havia motivo nenhum que tornasse coisa justa a retirada do Padre Guilherme Damioli e da Ir. Florença Lindey, da Missão de Catrimani: a atuação deles não tinha nada a ver com o conflito que deflagrou no Paapiu pela enorme distância (170 km) que separa as duas localidades, perdidas no mato. O trabalho da Irmã é sumamente necessário, porque enfermeira muito preparada e especializada para a tarefa, e, além disso, conhecedora da língua Yanomani, elemento indispensável para tratar o doente. Acresce que nesta época grassa uma forte epidemia de malária na região, havendo, espalhados nas várias malocas da região, uma centena de doentes. A Irmã dispunha de meios para se deslocar às malocas vizinhas e tratar dos doentes. A ausência da Irmã é um atentado contra a sobrevivência de muitos índios.
- A retirada da Irmã é um desacato, para não dizer um abuso de poder dos Agentes da FUNAI. De fato, com o Sr. Ministro Ronaldo Costa Couto e com o Presidente da FUNAI, Romero Jucá tinha sido acertado que o Padre iria sair, no dia e na hora que a Diocese e a FUNAI tivessem acertado, e a Irmã te

ria ficado. Com minha surpresa o Padre foi trazido sem nada dizer ao Bispo e a Irmã veio para Boa Vista no dia 28/08/87 apesar de ainda na véspera, o Sr. Chefe do Gabinete Civil do Planalto ter confirmado a permanência da mesma na Missão. Nesta altura me pergunto: quem é que dá ordens? É ridícula a alegação de que a Irmã corria risco na Missão. Os relatórios anexos dizem bem quem é que estava em risco.

A tudo isso passo acrescentar que conforme fui informado a enfermeira de alto padrão enviada para Catrimani para substituir a Irmã, teve de regressar. Assim começa um revesamento de enfermeiras da FUNAI que irá ser muito prejudicial aos doentes da área.

É preciso dizer também que é muito difícil para a Irmã religiosa viver sozinha na Missão, ainda mais com 8 (oito) policiais, e pessoas da FUNAI. Ela precisa ser acompanhada por pessoa religiosa. Por isso é necessário que o Padre Guilherme volte a Catrimani onde cumpre tarefas vitais na alfabetização e direção.

A saída da equipe da Missão estava condicionada à saída dos garimpeiros da área Yanomani. Ora, pelo visto os garimpeiros ainda não saíram. Isto parece um escárnio aos missionários. Se não saem os garimpeiros que são invasores e prejudicam os índios, devem sair os missionários que beneficiam os mesmos?

Há 23 anos que os Padres trabalham no Catrimani. E foi um Padre de Catrimani que morreu pela mão dos Atroaris e Waimiris em 1968, na tentativa de abrir caminho na BR 174 que liga Boa Vista a Manaus. Foram os Padres (a Irmã ainda não estava no Catrimani) que salvaram os Yanomani de várias epidemias como sarampo etc. e são ainda eles que humildemente, no meio da mata, com via de acesso perigosa e estafante, partilham da luta pela sobrevivência daquele povo. E não se diga que 80% das malocas Yanomani vivem sem o atendimento dos missionários e que portanto Catrimani pode estar na mesma condição, como dizem certos agentes da FUNAI. Infelizmente, com a construção da BR 210, que passa a dois quilômetros da Missão, os Yanomani da área foram atingidos por muitas doenças, para as quais eles não conhecem remédio e agora precisam da medicina nossa para não morrerem vítimas de sarampo, tuberculose, malária, doenças venéreas, transmitidas pelos trabalhadores da Camargo Corrêa. Volto a dizer, novamente, é urgente que a equipe volte ao seu lugar.

Os agentes da FUNAI fizeram uma série de acusações à Irmã e ao trabalho da Igreja. Estamos tão acostumados a mentiras e fofocas que não damos a elas o menor peso e solicito que também responsáveis da cúpula do governo saibam passar por cima. Mas se algum esclarecimento for necessário aqui estamos para explicar.

A Missão está estruturada para um trabalho eficiente. O Pe. Guilherme fez estudos especializados em antropologia e visando a aculturação e evangelização, e o Pe. João Soffirio, que presentemente está na Itália é formado em antropologia: juntamente com a Irmã os dois Padres formam uma equipe altamente especializada para a tarefa indispensável à sobrevivência dos Yanomani do Rio Catrimani.

Este trabalho foi sempre feito em colaboração com a FUNAI, cujos agentes tiveram sempre livre acesso à Missão.

Houve constante colaboração na manutenção da estrada de acesso (balsas, pontes, foram sempre colocadas à disposição da FUNAI). A enfermeira mensalmente sempre envia relatório, sobre o atendimento médico. O médico da

FUNAI e até enfermeiros, foram, repetidas vezes, solicitados para auxiliar em momento de aperto.

A missão dava sempre hospedagem e guarida ao pessoal da FUNAI de passagem. Igualmente houve e há colaboração com os serviços da CPRM cujo pessoal se hospeda na missão sendo a equipe missionária encarregada das medições (água do rio, chuva etc.). A atuação da missão Catrimani foi sempre altamente elogiada por médicos, antropólogos, agentes da FUNAI, estudiosos. É uma afronta retirar a equipe da Diocese que aí atua.

Seja revogada por escrito a proibição feita ao Bispo de visitar as áreas indígenas, a mesma revogação seja feita para os Padres Giorgio Dal Ben e Pe. Antônio Jorge Lima

Não faz sentido aquilo que foi feito. Como motivação (ver ofício da FUNAI 421 xerox anexo nº 2) deu-se a campanha de calúnias. Já se viu condenar alguém por motivo de calúnias ou acusações não comprovadas? É uma aberração nem o Bispo, nem os Padres tiveram comportamento criminoso, ou fizeram algo contrário às diretrizes e objetivos da FUNAI, nem deixaram de acatar o que a FUNAI estabelece.

No ofício nº 445 (M. 3) afirma-se que a Diocese não acatou a ordem da FUNAI expressa no ofício nº 421. Mas neste ofício só se fala de Pe. Jorge Del Ben e Pe. Lima. Porque um outro Padre não podia levar de volta, para Catrimani, a Ir. Florêncja?

No dia 02/09/87 um agente da FUNAI, um Policial Federal e um fotógrafo foram a Maturuca, de avião para retirar os dois Padres da Missão, Pe. Luciano Stefanini e Pe. Tiago. Quando os Padres pediram o documento que ordenava a retirada deles, foi-lhes apresentado o ofício nº 421. Ora, neste ofício não se fala dos Padres de Maturuca. Pergunta-se agora onde está a seriedade nos agentes da FUNAI? Porque esta maneira sumária e arbitrária de retirar os missionários da área com motivações fantasiosas? Será que a FUNAI tem poderes para a arbitrariedade? O pessoal missionário só pode ser retirado com o acordo do Bispo, se se trata de medida administrativa, ou com ordem de juiz, se de medida judiciária.

Não há e não houve incitamento por parte dos Padres, os garimpeiros que no Paapiu, dizem ter visto o Bispo e Pe. Jorge incitando a matar, devem sofrer de alucinação, porque nem eu nem o Padre nunca estivemos no Paapiu, nem na área de conflito. Isto já foi comprovado pela Polícia e fico admirado com o que afirma o artigo do Correio Braziliense na página 13 do dia 9 de setembro. O verdadeiro motivo que leva os índios para os raros casos de derruba de cercas, é a frustrante espera que estão sofrendo. Há anos que pedem a demarcação; faz anos que a demarcação está sendo prometida e nada acontece, ou melhor acontece que, enquanto dura uma inoperância sem fim de quem devia demarcar, a sociedade envolvente está-se apossando, aos poucos, da terra dos índios. Esperar é a mesma coisa que ficar expoliado aos poucos. Basta citar nomes de localidade onde é vivida a expolição e opressão Uiramutan, Boqueirão, Truaru, Ouro, Santa Inês, Cajoeiro, Sabiá, Lilai, Santa Cruz etc. Sem falar de solicitações e pedidos menores que os índios apresentam em seus apertos, no setor sobretudo da saúde, transporte, vacinações de gado. Não se pode tolerar que calúnias impeçam aos Padres e Irmãs fazer seu trabalho de evangelização e promoção entre os índios, quando estes mesmos índios

são constantemente feitos objeto de opressão, dominação e expoliação. A quase totalidade dos índios Macuxi e Wapixama é católica e querem, entre eles, a presença do Padre.

Campanha de Calúnias

É tempo que pare de vez a campanha de calúnias contra a Igreja, sobretudo nos jornais de Boa Vista. Estas nascem da camada mais baixa dos vaqueiros, criadores, garimpeiros que não sabem encontrar outra arma que a calúnia até a mais baixa. A eles se associou a UDR recentemente fundada. Infelizmente políticos e órgão do governo se valem da calúnia. O governo de Roraima é o grande financiador da imprensa escrita, falada e televisionada local. Elementos do governo nas esferas mais altas fazem coro quando dizem que os missionários estrangeiros devem ser retirados da fronteira, ou quando dizem, que os índios invadem as fazendas e por isso a agropecuária em Roraima não progride. Parece que o General Rondon fazia uma profecia quando disse: "mais tarde ou mais cedo, conforme lhes soprar o vento dos interesses pessoais, esses proprietários expelirão dali os índios, que por uma inversão monstruosa dos fatos, da razão e da moral, serão considerados e tratados como se fossem eles os intrusos, salteadores e ladrões" (O Estado de São Paulo 10/10/1972).

Dizem alguns que antes da nossa chegada à Diocese de Roraima havia paz entre índios e brancos e que a nossa ação pastoral veio perturbar o bom entrosamento. Esta afirmação é falsa: a paz que existia era o silêncio do medo. O índio viveu sempre no medo, na opressão. Estava calado para que não acontecesse o pior. O trabalho evangelizador deu coragem para falar e exigir seus direitos expressos na lei brasileira.

Demarcação

Tudo aquilo que dissemos acontece sobretudo porque as terras dos índios não estão demarcadas ou porque estando demarcadas a demarcação não está sendo respeitada pelos brancos. A demarcação é urgente, assim como é necessário que se dê atendimento ao pedido dos índios no que se refere a tamanho das áreas demarcadas.

Brasília, 8 a 16 de setembro de 1987

† Aldo Mongiano
Bispo de Roraima

DIOCESE DE SANTA MARIA, RS

TRABALHO DA IGREJA-IRMÃ EM RORAIMA

A Diocese de Santa Maria é Igreja-Irmã da Diocese de Roraima, que tem onze Paróquias em oito Municípios, numa extensão de 230.104 quilômetros quadrados, com 79.159 habitantes, entre os quais 20 mil índios. Trabalham em Roraima 28 padres, dos quais dois são diocesanos e os demais, Missionários da Consolata. Os dois padres diocesanos, Vité-

lio Pasa e Nilvo Pase, pertencem à Igreja de Santa Maria e estão a serviço da Igreja-Irmã de Roraima, no sul do Território, nos Municípios de São João da Baliza e São Luís. Recentemente, Pe. Vitélio Pasa foi ao Rio Grande do Sul visitar seus familiares, Dom Ivo Lorscheiter e colegas. Falou ao Boletim Informativo de Santa Maria sobre seu trabalho em Roraima, migrantes, Catrimani, Calha Norte e Conselho Indigenista Missionário, cuja entrevista transcrevemos.

A Diocese de Roraima é uma região que se caracteriza pela presença de população indígena, pela migração de colonos de todos os Estados do Brasil e por uma realidade urbana (Boa Vista). É aqui que os dois sacerdotes santa-marienses trabalham, ou mais precisamente na Paróquia de São João Batista e São Luís. A partir deste mês de setembro, passado o período das chuvas na região, visitarão as 60 comunidades, ao longo da BR-174, que liga as cidades de Manaus e Boa Vista, e ao longo da Estrada Perimetral Norte. Na visita às comunidades, promoverão cursos de liderança, cursos para animadores de comunidades e cursos para catequistas.

Outra preocupação dos dois sacerdotes é a saúde das populações mais pobres e abandonadas pela assistência médica e odontológica. Orientam também os trabalhadores a se associarem aos sindicatos em funcionamento na região. Outra preocupação são os Grupos de Mulheres Agricultoras, promovendo cursos de corte e costura. Estas mulheres, vindas de diferentes Estados e culturas, costumam se agrupar e se ajudar mutuamente, umas ensinando às outras a fazer pão, doces, comida, sabão... É um trabalho de conscientização, de aprendizagem de técnicas, de fé e solidariedade cristã.

Migrantes

Pe. Vitélio lembra que o período enxuto, a partir de setembro, favorece a migração de muitas famílias de outros Estados, especialmente de Rondônia. São todas famílias pobres e carregadas de filhos. A paróquia procura acolher e ajudar esta gente. As catequistas e líderes comunitários se informam sobre a situação de cada família, providenciam alimentos (mandioca), remédios e assistência médica. Prestam igualmente informações sobre o calendário agrícola, sobre a época de plantio, de como conseguir sementes, e de como proceder para adquirir um lote de terra, que ainda existe e de como deve ser trabalhada, para que não se transforme em um deserto.

Catrimani

Pe. Vitélio trouxe para Santa Maria um trabalho de Pe. Giovanni Saffirio, da Equipe da Missão Catrimani, no Território de Roraima, em que recorda que a América foi descoberta pelos europeus há quase 500 anos. O novo continente era tão velho quanto o continente europeu. Havia nele povos e impérios, pobres e ricos, minas de ouro e matas virgens como na Europa. O que não havia eram navios, armas de fogo e um sofisticado sistema econômico de produção e comércio de bens, como tinham os europeus. Foi o sistema político europeu que descobriu as Américas e foi o sistema político-militar europeu que a conquistou. Desde a primeira viagem de Cristóvão Colombo (1492) os interesses quase exclusivos dos conquistadores e das coroas espanholas e portuguesas, que os enviaram, eram interesses econômico-político-militares. Desde então, a conquista dos povos e a depredação dos recursos naturais da América não pararam. Este modelo econômico-político-militar recebeu, nestes 500 anos, nomes diferentes, mas, na essência, ficou o mesmo:

conquista, engenho, fazenda, desenvolvimento, Carajás, Segurança Nacional e agora Calha Norte.

Calha Norte

O Projeto Calha Norte – Desenvolvimento e Segurança ao Norte das Calhas dos Rios Solimões e Amazonas, visa a colonização, a exploração mineral e a defesa das fronteiras. Até o momento, já estão sendo implementadas iniciativas de natureza militar, com investimentos na construção e recuperação de canais, embarcações, instalações para sete novos pelotões de fronteira (400 homens). A área do projeto abarca 14% do Território Nacional e 24% da Amazônia Legal. É uma região de fronteira (Guianas, Suriname, Venezuela, Colômbia e Peru), praticamente toda habitada por populações indígenas. Com relação a estas, o projeto prevê investimentos para instalações da FUNAI e contratação de novos funcionários.

As motivações inspiradoras do projeto são as de sempre, ou seja: a) econômicas: enormes jazidas minerais; cobiça dos estrangeiros; ocupação desordenada de garimpeiros e colonos; b) políticas: aumento da presença de população nos países limítrofes e narcotráfico (epadu); c) militares: ocorrência de guerrilhas e segurança das fronteiras.

Projeto mortífero

Pe. Vitélio assegura que o Projeto Calha Norte é mortífero para as populações indígenas, que vivem em toda a área, servindo-se de uma documentação do CIMI – Conselho Missionário Indigenista. Mostra que o projeto governamental não tem nenhuma referência aos direitos dos povos indígenas, como terra, cultura, autodeterminação e preservação da identidade. Diz que estes povos não enfrentaram nunca, na história de suas relações com a sociedade branca, ameaça tão grave como a de agora. O que existe por trás do projeto é a necessidade de criar condições de segurança que possibilitem os investimentos do grande capital na região. Tratando-se de uma área eminentemente indígena, o projeto fala de iniciativas que estabilizem a fronteira, construindo obras de infra-estrutura e o afastamento do “obstáculo” representado pela população indígena.

Cimi

O Secretário Nacional do Conselho Missionário Indigenista acusa o Projeto Calha Norte de comprometer a sobrevivência dos povos indígenas, bem como o meio ambiente amazônico, que foi preservado até hoje justamente por ser habitado, em sua maior parte, pelos índios. Estes grupos tribais desenvolveram, ao longo dos séculos, formas de adaptação quase perfeitas ao frágil ecossistema e apropriação não predatória dos recursos naturais necessários à vida humana. Segundo o CIMI, esta adaptação é um conhecimento empírico que somente se manterá se os povos indígenas puderem preservar seu modo tradicional de vida. “É a única maneira que temos de ter acesso a este conhecimento, que a ciência ocidental ainda está longe de dominar. É o único modo de garantir a sobrevivência física e cultural dos grupos tribais”, afirma.